

PROJETO DE LEI N.º 1.108, DE 2022

(Do Sr. Tiririca)

Dispõe sobre o a doação de alimentos excedentes em estabelecimentos do ramo alimentício, combate o desperdício de comida adequada para consumo e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-2775/2015.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

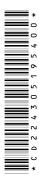
(Do Sr. Tiririca)

Dispõe sobre o a doação de alimentos excedentes em estabelecimentos do ramo alimentício, combate o desperdício de comida adequada para consumo e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

- Art. 1º. Os estabelecimentos do ramo alimentício ficam autorizados a doar para instituições governamentais e filantrópicas o excedente de alimentos que não foram comercializados e que estejam de acordo com as normas de saúde pública para consumo humano.
- § 1º É considerado próprio para consumo humano os alimentos que mantenham a segurança sanitária e não prejudiquem a saúde dos beneficiários da doação.
- § 2º A doação de alimento ocorrerá de forma gratuita e sem nenhum prejuízo a parte doadora.
- § 3º Caberá aos órgãos e entidades que receberam a doação atestar a qualidade nutricional e verificar se os alimentos se encontram de acordo com as normas de saúde públicas para consumo humano.
- Art.2°. Os beneficiários da doação autorizada por esta Lei ficarão encarregados de fazer a distribuição dos alimentos para famílias carentes em situação de vulnerabilidade e escassez alimentar sem nenhum ônus aos beneficiários.





Art.4°.º O doador dos alimentos e entidades beneficiárias que farão a distribuição dos insumos, somente responderão nas esferas administrativas e cíveis somente se agirem com dolo.

§ 1º O doador não terá mais responsabilidade sobre os alimentos assim que doados ao intermediário, cabendo este atestar a qualidade dos insumos recebidos.

Art.5°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

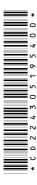
Justificativa

Esta proposta legislativa tem o intuito de amenizar um grande problema que vivenciamos em nosso país, o desperdício de alimentos e a fome.

É de amplo conhecimento que estabelecimentos como restaurantes, hospitais, cooperativos e supermercados desperdiçam uma grande quantidade de alimentos diariamente. Isto é justificado pelas partes que dizem que não podem comercializar produtos dos dias anteriores para assim manter a qualidade do produto ofertado e manter competitividade nos negócios. Acontece que grande parte desses excedentes acaba sendo jogados no lixo de forma indiscriminada, produtos que por vezes estão com qualidade apropriada para consumo humano e que seguem as normas da vigilância sanitária.

Pessoa carente em situação vulnerabilidade alimentar acaba esperando esses alimentos serem descartados para fazer a coleta nas latas de lixo das cidades. Quando esses alimentos entram em contato com outros tipos de resíduos descartados esse alimento se contamina e se torna nocivo a saúde do ser humano.





Essa proposição visa o aproveitamento desses alimentos de forma que uma entidade ou instituição faça o recolhimento e triagem desses alimentos para distribuição segura para os mais necessitados de forma filantrópica e sem fins lucrativos.

Pela importância do projeto em sanar parte dos desperdícios e ajudar milhares de pessoas em situação de extrema necessidade, peço ao nobres pares a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala	de	sessões,	em	de		de	2022
			D	eputado(a) Tirir	ica		





LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL Seção de Legislação Citada - SELEC

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

CÓDIGO PENAL

PARTE ESPECIAL

(Canceladas na Parte Especial quaisquer referências a valores de multas, substituindo-se a expressão "multa de" por "multa", de acordo com o art. 2º da Lei nº 7.209, de 11/7/1984, publicada no DOU de 13/7/1984, em vigor 6 meses após a publicação)

TÍTULO II DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

.....

.....

CAPÍTULO VI DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

Estelionato

Art. 171. Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

§ 1º Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor o prejuízo, o juiz pode aplicar a pena conforme o disposto no art. 155, § 2º.

§ 2º Nas mesmas penas incorre quem:

Disposição de coisa alheia como própria

I - vende, permuta, dá em pagamento, em locação ou em garantia coisa alheia como própria;

Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria

II - vende, permuta, dá em pagamento ou em garantia coisa própria inalienável, gravada de ônus ou litigiosa, ou imóvel que prometeu vender a terceiro, mediante pagamento em prestações, silenciando sobre qualquer dessas circunstâncias;

Defraudação de penhor

III - defrauda, mediante alienação não consentida pelo credor ou por outro modo, a garantia pignoratícia, quando tem a posse do objeto empenhado;

Fraude na entrega de coisa

IV - defrauda substância, qualidade ou quantidade de coisa que deve entregar a alguém;

Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro

V - destrói, total ou parcialmente, ou oculta coisa própria, ou lesa o próprio corpo ou a saúde, ou agrava as conseqüências da lesão ou doença, com o intuito de haver indenização ou valor de seguro;

Fraude no pagamento por meio de cheque

VI - emite cheque, sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado, ou lhe frustra o pagamento.

Fraude eletrônica (Nome jurídico acrescido pela Lei nº 14.155, de 27/5/2021)

- § 2º-A. A pena é de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, se a fraude é cometida com a utilização de informações fornecidas pela vítima ou por terceiro induzido a erro por meio de redes sociais, contatos telefônicos ou envio de correio eletrônico fraudulento, ou por qualquer outro meio fraudulento análogo. (*Parágrafo acrescido pela Lei nº 14.155, de* 27/5/2021)
- § 2º-B. A pena prevista no § 2º-A deste artigo, considerada a relevância do resultado gravoso, aumenta-se de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se o crime é praticado mediante a utilização de servidor mantido fora do território nacional. (*Parágrafo acrescido pela Lei nº 14.155, de 27/5/2021*)
- § 3º A pena aumenta-se de um terço, se o crime é cometido em detrimento de entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência.

Estelionato contra idoso ou vulnerável (Nome jurídico acrescido pela Lei nº 13.228, de 28/12/2015, e com nova redação dada pela Lei nº 14.155, de 27/5/2021)

- § 4º A pena aumenta-se de 1/3 (um terço) ao dobro, se o crime é cometido contra idoso ou vulnerável, considerada a relevância do resultado gravoso. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.228, de 28/12/2015, e com nova redação dada pela Lei nº 14.155, de 27/5/2021)
 - § 5º Somente se procede mediante representação, salvo se a vítima for:
 - I a Administração Pública, direta ou indireta;
 - II criança ou adolescente;
 - III pessoa com deficiência mental; ou
- IV maior de 70 (setenta) anos de idade ou incapaz. (<u>Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.964, de 24/12/2019, publicada na Edição Extra do DOU de 24/12/2019, em vigor 30 dias após a publicação</u>)

Duplicata simulada

Art. 172. Emitir fatura, duplicata ou nota de venda que não corresponda à mercadoria vendida, em quantidade ou qualidade, ou ao serviço prestado. ("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 8.137, de 27/12/1990)

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. (Pena com redação dada pela Lei nº 8.137, de 27/12/1990)

Parágrafo único. Nas mesmas penas	s incorrerá aquele que falsificar ou adulterar a
escrituração do Livro de Registro de Duplicatas.	(Parágrafo único acrescido pela Lei nº 5.474,
de 18/7/1968, publicada no DOU de 19/7/1968,	em vigor 30 dias após a publicação)

FIM DO DOCUMENTO